

Notícias Bancárias **abc**

SINDICATO DOS

BANCÁRIOS-CUT

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas do Ramo Financeiro do Grande ABC - Filiado à Fetec SP/CUT e Contrafi/CUT

ANO XIX - Nº 801 - JUNHO DE 2013

www.bancariosabc.org.br

País de primeira não pode ter emprego de terceira

NÃO ao PL
Projeto de Lei
4330/2004 da
terceirização



LEIA TAMBÉM NESTA EDIÇÃO:

Santander - Encontro Nacional pág. 2

Caixa - Adiada inscrições para eleição do

Conselho de Administração pág. 2

Banco do Brasil - Previ e Cassi..... pág. 2

Curso - Contrafi discute terceirização pág. 4

Convênios..... pág. 4

CAIXA

Após denúncia dos trabalhadores, Caixa recua e adia inscrições para eleição no Conselho de Administração

Sob pressão dos trabalhadores e após envio de ofício à presidência denunciando que a direção da Caixa está violando a lei 12.353, que regulamenta a eleição de representantes dos trabalhadores aos conselhos de administração das empresas estatais e de economia mista, a direção do banco recuou e adiou para o dia 30 de agosto o prazo para inscrição de candidatos a representante dos trabalhadores no Conselho de Administração do banco, cujo período para os empregados encerrava-se na última sexta-feira, dia 7.

Na avaliação do movimento sindical, a decisão de adiar esse processo é acertada e demonstra que a empresa começa a perceber que cometeu um grande erro na sua condução. Mesmo assim, os bancários estão estudando a possibilidade de impetrar medidas jurídicas para que tudo seja suspenso. Isto porque houve desrespeito à legislação e o pleito foi iniciado pela Caixa sem que estivessem encerradas as negociações com a Contraf-CUT, sindicatos e federações.

Na questão da eleição para conselheiro representante, uma das ilegalidades cometidas pelo banco está o descumprimento do artigo 2º, item 1º, da portaria nº 26, que regulamenta a lei nº 12.353 de 28 de dezembro de 2010. Ele estabelece o seguinte: "O representante dos trabalhadores será escolhido dentre os empregados ativos da empresa pública ou sociedade de economia mista, pelo voto direto de seus pares, em eleição organizada pela empresa em conjunto com as entidades sindicais que os representem".

Portanto, sem levar em conta a diretriz estabelecida pela legislação, a Caixa marcou a eleição sem concluir as negociações com a Contraf-CUT, assessorada pela Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa).

"O principal motivo dos trabalhadores em não concordar com o pleito foi o fato de a empresa ter colocado barreiras para as candidaturas, o que exclui cerca de 80% do quadro de trabalhadores", disse Furlan, diretor do Sindicato e funcionário da Caixa. Entre os pré-requisitos para o candidato, impostos pelo banco, está o seguinte: ser graduado em curso superior e ter exercido cargos gerenciais nos últimos cinco anos ou ter ocupado cargos relevantes em órgãos ou entidades da administração pública por, no mínimo, dois anos.

SANTANDER

Encontro Nacional define pauta específica dos funcionários do Santander

Emprego, saúde e condições de trabalho e remuneração. Essas foram as três grandes prioridades apontadas pelos mais de 130 participantes do Encontro Nacional dos Dirigentes Sindicais do Santander, promovido pela Contraf-CUT, realizado nos dias 4 e 5, no San Raphael Hotel, em São Paulo.

Participaram do evento os diretores do Sindicato, Ageu Ribeiro e João Pires, além do Presidente da entidade, Eric Nilson Lopes Francisco.

EMPREGO - Os funcionários se manifestaram contra as demissões que estão ocorrendo em todo o país. "Aqui no ABC as demissões têm gerado uma sobrecarga brutal nas costas dos funcionários que ficam na empresa. Um mal que se reproduz", declarou o diretor Ageu Ribeiro. As principais reivindicações são: fim do processo de demissões e contratações de funcionários para melhorar as condições de trabalho.

SAÚDE E CONDIÇÕES DE TRABALHO - Os trabalhadores apontaram a pressão das metas, o assédio moral, o estresse e o adoecimento como graves problemas, piorados pela carência de pessoal e sobrecarga de trabalho na rede de agências do banco. Os trabalhadores querem mudança na gestão do banco, a fim de eliminar essa forma de organização do trabalho que adocece, bem como o cumprimento da jornada de seis horas para todos.

O Presidente Eric Nilson lembra que o gestor da Rede Metropolitana/Litoral, por exemplo, tem cometido abusos na cobrança de metas, determinando entrega de 100% quase no meio do mês. "Conforme denunciemos no último NB, o mês ficou mais curto para os



Dirigentes Sindicais apontam prioridades para negociações com o Santander

funcionários poderem trabalhar. Há casos de cobrança já na primeira semana do mês", disse.

REMUNERAÇÃO - Os dirigentes sindicais chamaram a atenção para as diferenças salariais na mesma função, a ausência de um plano de cargos e salários (PCS). "A falta de transparência nos programas próprios de remuneração variável tem desmotivado o funcionalismo", constata João Pires.

Enquanto os funcionários são desvalorizados, os 46 diretores do Santander recebem salários e bônus milionários, mostrando que há concentração e não distribuição de renda no banco, o que é inaceitável.

Para o Presidente do Sindicato, Eric Nilson, o Encontro Nacional veio mostrar uma nova dimensão das dificuldades por que passam os empregados do Grupo Santander. "Foram dois dias de troca de experiências com representantes dos sindicatos de todo o país onde pudemos ver que os problemas só se avolumam numa empresa que, ao que parece, está pouco preocupada com a situação dos seus trabalhadores", avalia o dirigente. "O movimento sindical bancário vai dar a resposta que os banqueiros merecem", finalizou.

BANCO DO BRASIL

Previ e Cassi para incorporados

3ª Vara do Trabalho marca para 5 de julho julgamento da ação civil

Após diversas audiências e análise de inúmeros documentos, a 3ª Vara do Trabalho de Brasília marcou para 5 de julho, às 17 horas, o julgamento da ação civil pública 1/2012, que busca garantir o direito à filiação na Cassi, o plano de saúde, e na Previ, o fundo de pensão, dos trabalhadores oriundos de bancos incorporados pelo Banco do Brasil. O processo foi movido

pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) após denúncia do Sindicato dos Bancários de Brasília.

O juiz dispensou a produção de provas através de testemunhos orais, por entender que há provas documentais suficientes para o veredito final, uma vez que ao longo de um ano e meio foi possível coletar vasto material para embasar a ação civil pública.

TERCEIRIZAÇÃO

Bancários na luta contra Precarização

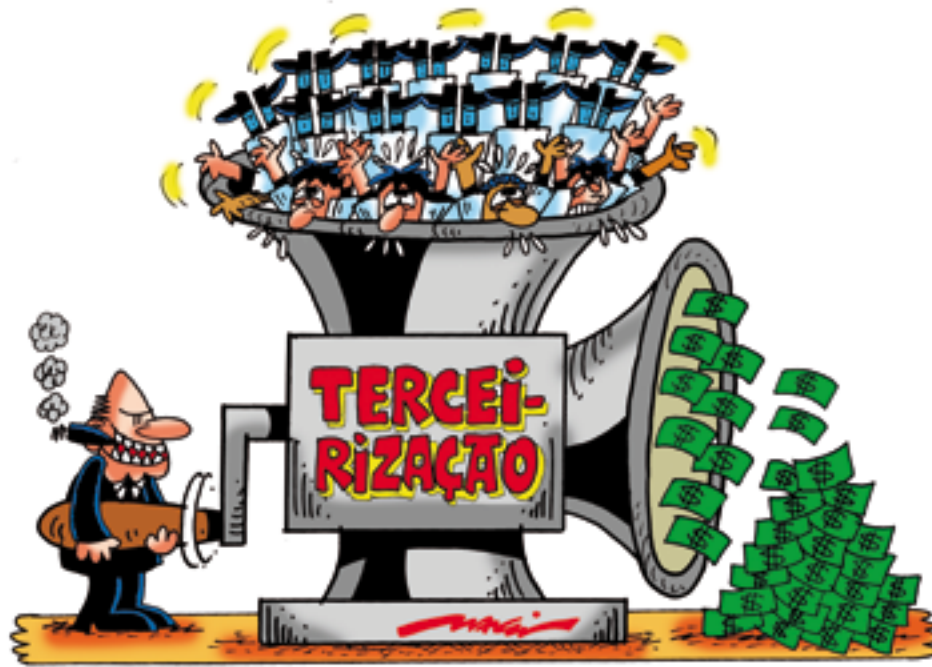
PL 4.330/04, que tramita na Câmara dos Deputados, amplia possibilidade de terceirização e, assim, ameaça direitos trabalhistas e empregos no país

A bancada empresarial do Congresso Nacional mais uma vez tentou agilizar a tramitação do Projeto de Lei 4.330/2004 que, sob o pretexto de regulamentar a terceirização no país, destrói direitos e conquistas dos trabalhadores. O PL 4.330/04 iria a votação no dia 4/6 na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, mas saiu da pauta por intervenção do presidente da CCJ, deputado Décio Lima, do PT de Santa Catarina.

O PL, de autoria do deputado e empresário Sandro Mabel (PMDB-GO), tramita em caráter terminativo, ou seja, se aprovado na CCJ provavelmente segue para o Senado. O relator na CCJ, Arthur Maia (PMDB-BA), recebeu 121 emendas ao projeto, mas rejeitou todas aquelas apresentadas pela bancada dos trabalhadores. “Dar a devida atenção a sugestões e emendas vindas dos bancários, uma das categorias que mais sofrem com esse processo de terceirização, é fundamental, por isso mobilizações estão ocorrendo para que os trabalhadores do setor financeiro sejam ouvidos”, pontua Eric Nilson, presidente do Sindicato.

Pontos nocivos – Um dos pontos mais nocivos do PL 4.330/04 é a permissão da terceirização até mesmo nas atividades fim da empresa. Hoje na Justiça Trabalhista há mais de 5 mil processos contra a intermediação fraudulenta de mão de obra. A fraude ocorre justamente quando a empresa contrata outra para realizar seus serviços essenciais, apenas para pagar menos pela mão de obra terceirizada. A aprovação desse PL seria a legalização dessa fraude.

Outro problema é que o PL não prevê a responsabilidade solidária



entre empresa contratante e contratada, como defendem os representantes dos trabalhadores. A responsabilidade solidária determina que a contratante pode ser acionada na Justiça, caso a terceirizada não cumpra com suas obrigações trabalhistas.

O PL 4.330/04 não atende outras duas reivindicações fundamentais dos trabalhadores: igualdade de tratamento entre terceirizados e os contratados diretamente, e que o acordo coletivo dos terceirizados seja o do sindicato predominante.

Precarização – Estudo da CUT e Dieese, de 2011, mostra que a rotatividade é maior entre terceirizados de todas as categorias de trabalhadores – eles ficam 2,6 anos a menos no emprego que os funcionários diretos –; têm jornada semanal de trabalho de três horas a mais; e ganham 27% menos que o empregado diretamente. Além disso, a cada 10 acidentes de trabalho, oito ocorrem entre terceirizados.

A precarização das condições e direitos trabalhistas ocorre também na categoria bancária, onde a terceirização se alastra. Para se ter uma ideia, os bancários chegavam a 1 milhão na década de 1980, hoje são cerca de 500 mil em todo o país. Isso porque muitos trabalhadores do setor financeiro hoje são terceirizados, ou seja, trabalham em condições precárias, com jornadas maiores, salários menores e sem os direitos previstos na Convenção Coletiva da categoria. A terceirização ameaça o emprego bancário e a categoria precisa entrar na luta contra o PL 4.330/04.

PROPOSTAS DA CUT

Para que o desenvolvimento do Brasil represente também a democratização das relações de trabalho e o fim da precarização, a CUT propõe:

IGUALDADE DE DIREITOS, CONDIÇÕES DE TRABALHO E SALÁRIO
Os trabalhadores terceirizados e diretos devem ter as mesmas condições de trabalho e salário e os mesmos direitos previstos em Convenções e Acordos coletivos;

DIREITO À INFORMAÇÃO PRÉVIA
O sindicato e os trabalhadores devem ser consultados antes de possíveis terceirizações em uma empresa;

PROIBIÇÃO DA TERCEIRIZAÇÃO NA ATIVIDADE-FIM
Não se pode terceirizar postos de trabalho nas atividades que representam a natureza econômica das empresas (atividade-fim), evitando que existam empresas sem trabalhadores diretos;

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA ENTRE AS EMPRESAS CONTRATANTE E CONTRATADA
A empresa contratante deve ser responsável por todas as obrigações trabalhistas, tanto quanto a empresa prestadora de serviços;

PENALIZAÇÃO DAS EMPRESAS INFRATORAS
A justiça deve punir duramente as empresas que retiram direitos;

Envie e-mail para os Deputados Sandro Mabel (dep.sandromabel@camara.leg.br) e Arthur Maia (dep.arthuroliveiramaia@camara.leg.br) para protestar contra o PL 4330/04

Curso da Contraf-CUT e Dieese discute projetos sobre terceirização

Participantes aprofundaram conhecimentos e focaram desafios à ação sindical

A Contraf-CUT, em parceria com o Dieese, promoveu na última semana o curso de formação "Terceirização: desafios à ação sindical", em Atibaia (SP). Os participantes estudaram os aspectos legais e ilegais da terceirização com a advogada Deborah Blanco, assessora jurídica da Contraf-CUT.

Houve exibição de vídeos sobre o tema como, por exemplo, a audiência pública do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em 2011, sobre terceirização. Os participantes ainda estudaram os projetos de lei que estão em discussão no Congresso Nacional,

como o PL 4330/2004, do deputado federal Sandro Mabel (PMDB-GO), e o substitutivo do deputado federal Artur Maia PMDB-BA. Durante a semana, os dirigentes sindicais analisaram e elaboraram propostas de melhorias para um provável projeto que se contraponha ao PL 4330 e seu substitutivo, em simulações para enfrentar o debate que está sendo pautado na Câmara dos Deputados com forte tentativa de aprová-lo.

Os participantes analisaram as terceirizações e as precarizações nos principais bancos brasileiros. O curso abordou também as ações e as formas de fazer o enfrentamento ao problema, assim como proteger os direitos da classe trabalhadora perante o ataque orquestrado para a liberação geral da terceirização no Brasil.

Os participantes analisaram as terceirizações e as precarizações nos principais bancos brasileiros. O curso abordou também as ações e as formas de fazer o enfrentamento ao problema, assim como proteger os direitos da classe trabalhadora perante o ataque orquestrado para a liberação geral da terceirização no Brasil.

"A realização deste curso, envolvendo 34 dirigentes sindicais do Brasil, é importante para fazer com que tenhamos uma ação de forma unificada para combater projetos como o que está sendo discutido no CCJ. Este projeto visa a retirada de direitos e conquistas dos trabalhadores, fim dos direitos garantidos pela CLT e precarização da mão de obra", destacou Belmiro Moreira, diretor do Sindicato e funcionário do HSBC.



Fique sócio!
Você só tem a ganhar



CONVÊNIOS

NOVOS CONVÊNIOS

*Veja abaixo as novas empresas
conveniadas com o Sindicato.*

*Para ver todos os Convênios, acesse o site
www.bancariosabc.org.br/servicos_convencios.php*

ESCOLA DE IDIOMAS

UPTIME IDIOMAS

Desconto: Adultos com idade igual ou superior a 16 anos 40% nas mensalidades e 20% na compra do material didático

Rua Atlântica, 220, Jardim do Mar
São Bernardo do Campo/SP - Tel: 4125-7967

YES IDIOMAS

Desconto: isenção de taxa de matrícula, 50% de desconto nas mensalidades e 15% de desconto no material didático

Av. Goiás, 1294, Santa Paula - São Caetano do Sul - Tel: 3593-9527

INFORMÁTICA

LUMAR COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA

Desconto: 5%

Rua Dr. Cesário Mota, 296, Centro - Santo André - Tel: 4438-8755

SAÚDE

CEUCOR - CENTRO CARDIOLÓGICO E DIAGNÓSTICOS

Assistência Médica ambulatorial - consultas médicas e exames de diagnóstico e tratamento.

Desconto: 30%

Rua Galeão Carvalhal, 73, Bela Vista - Santo André - Tel: 2808-6400

NÍDIA MARIA DE GODOY SOARES DE LAZARI

Tratamento ortodôntico

Desconto: 20%

Rua Galeão Carvalhal, 501, Bela Vista - Santo André - Tel: 4427-5236

ODONTO BELLI

Prestação de Serviços Odontológicos

Desconto: 20% parte clínica e 10% para prótese e implantes

Ria Siqueira Campos, 394, Centro - Santo André - Tel: 4432-4225

www.odontobelli.com.br

PLÁSTICA ZANASI

Desconto: 50% em consultas e 20% nos procedimentos

Rua Londrina, 470, Rudge Ramos
São Bernardo do Campo - Tel: 4317-7000

TSS CLÍNICA DE ANGIOLOGIA LTDA

Especialidade de Angiologia e Cirurgia Vascular, tratamento de varizes através de escleroterapia

Desconto: 30% no valor da consulta,

sessão de escleroterapia valor fixo de R\$ 100,00

Rua Galeão Carvalhal, 73, Bela Vista - Santo André - Tel: 2808-6400